

“O COTIDIANO OPERÁRIO – A VIDA FORA DO TRABALHO: UMA BREVE ANÁLISE A RESPEITO DAS MANIFESTAÇÕES DOS TRABALHADORES NA CIDADE DE ITAJAÍ (SC) FORA DE SEUS ESPAÇOS PROFISSIONAIS, DO INÍCIO DO SÉCULO XX ATÉ 1930”

André Luiz Rosa

RESUMO

A abordagem a seguir procura analisar as manifestações operárias fora de seus espaços profissionais. Investigando o incentivo das Sociedades Benéficas e dos Clubes Esportivos para que os trabalhadores pudessem se reconhecer como classe e evidenciar sua identidade. Além disso, suas práticas foram preponderantes e agiram de forma irreversível na difusão de costumes compartilhados nos espaços onde estes atores sociais se reconheciam, favorecendo assim, o surgimento da “cultura operária”. O enfoque deste assunto vai do início do século XX (momento em que aparecem as organizações operárias) até os anos da década de 1930 (período em que percebemos uma intervenção direta do Estado nas associações ligadas aos trabalhadores). Nesta abordagem iremos respaldar o assunto com fontes primárias, tais como: Jornais do período e documentos das entidades.

Palavras Chave: Sociedades Benéficas, Sociabilidade Operária, Cultura.

ABSTRACT

The boarding to follow search to analyze the laboring manifestations is of its professional spaces. Investigating the incentive of the Beneficent Societies and the Sportive Clubs so that the workers could recognize themselves as classroom and evidence its identity. Moreover, its practical had been preponderant and acted of irreversible form in the diffusion of customs shared in the spaces where these social actors if recognized, thus favoring, the sprouting of the “laboring culture”. The approach of this subject goes of the beginning of century XX (moment where they appear the laboring organizations) until the years of the decade of 1930 (period where we perceive a direct intervention of the State in on associations to the workers). In this boarding, we will go to endorse the subject with primary sources, such as: Periodicals of the period and documents of the entities.

Key Words: Benefit Society's, Sociability Workers, Culture.

Inegavelmente que, analisar a classe operária não é somente centrarmos o foco e investigarmos a participação desses trabalhadores em seus “universos” profissionais. Sobretudo, é relevante percebemos que a identidade operária, seus laços de sociabilidade e tudo que possa os identificar passam também por um conjunto de ações, práticas, idéias, símbolos e imaginários que adquirem visibilidade se entendermos e, principalmente, se

direcionarmos a abordagem para ambientes não somente profissionais, mas também de interação.

E através desta visão, de procurarmos compreender o cotidiano operária para além das “fronteiras” de suas atuações profissionais que o conjunto de trabalhadores buscava se identificar, tendo como cenário seus momentos de interação e sociabilização. Não nos esqueçamos, todavia que, estudos inerentes à cultura operária¹ estão cada vez mais em voga, pois em muitas situações os hábitos e as práticas de uma classe serviram para confrontar os preconceitos e os tabus de determinadas sociedades burguesas.

Assim, buscando dar voz e visibilidade às ações dos trabalhadores é que pretendemos incidir esta abordagem. Mostrando sua capacidade de interação, criando identidade, definindo práticas e estabelecendo espaços coletivos, favorecendo diretamente o surgimento da classe e da cultura operária. Evidente que ao investigarmos a chamada cultura operária precisamos, conjuntamente, nos ater a uma série de fatores e contextualizarmos o cenário e os atores envolvidos, respeitando as especificidades de determinadas sociedades em diferentes períodos históricos e as relações sociais da época. Pois: “(...) não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado que ao reunir tantas atividades e atributos em só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas (...)” (Thompson, 1998: 22).

As tentativas operárias na busca da evasão dos infortúnios e da rotina desgastante auxiliaram o surgimento de algumas manifestações que com o decorrer dos anos pôde seguramente notabilizar o conjunto de trabalhadores. Seus hábitos viriam caracterizar sua cultura, contribuindo desta forma para a tão esperada unidade operária². Pois, de um lado, o cotidiano os oprimia e colocava frente a frente atores sociais (no caso patrões e operários) com interesses conflitantes. Por outro, as iniciativas operárias para além de seus espaços profissionais mostraram sua eficácia e revelaram a capacidade de interação desses sujeitos sociais, criando força para se confrontar com as investidas patronais e o mecanismo capitalista que viam no trabalhador um instrumento de constante exploração.

E convivendo com situações que visivelmente rumavam para embates e discussões os trabalhadores passaram a ter em suas formas organizatórias um meio que convergia às experiências coletivas e assim conseqüentemente davam suporte para um segmento desprovido de amparo tanto governamental, quanto patronal. E não encontrando nos espaços profissionais um ambiente favorável para sua sociabilização e interação, o advento das

Sociedades Benéficas e dos Clubes Esportivos viria reunir à atenção e a participação operária, que passaram a ter nestes lugares um universo propício para atenuarem seus problemas, suas agruras, bem como aproximar, consideravelmente, estes trabalhadores em torno de objetivos comuns.

Diante disto, o que propomos a seguir é evidenciar os espaços coletivos criados pelo operariado da cidade de Itajaí (SC) nas primeiras décadas do século XX. Procurando mostrar que o surgimento destas organizações expressava não apenas um descontentamento ou uma oposição aos interesses dos empregadores; mas, sobretudo, revelar que tais ambientes serviriam para integrar e sociabilizar as manifestações dos trabalhadores. As experiências destes operários seriam demasiadamente relevantes na imperiosa necessidade de romper paradigmas que marcavam a sociedade itajaiense do período. Além disto, estas práticas e costumes ligadas aos trabalhadores seriam decisivos e imprescindíveis na criação da identidade desta classe.

Assim, o cenário a ser investigado é a cidade de Itajaí. No entanto, sempre que necessário for, faremos relações com as organizações operárias de outras regiões do Brasil. Pois não devemos esquecer que, não somente o local a ser analisado a seguir, bem como grande parcela das cidades do Brasil espelhavam uma realidade nacional, pois às referências eram sempre as manifestações provenientes dos grandes centros do país, sobretudo São Paulo, Rio de Janeiro e algumas cidades do nordeste.

Desta forma, iremos expor as experiências dos trabalhadores portuários da cidade de Itajaí. Pois, o porto era, indubitavelmente, o local em que as atenções estavam direcionadas, não somente por ser o principal meio para entrar e sair da cidade, mas, basicamente, era por intermédio da atividade portuária que movimentava a economia de Itajaí e região. Bem como era o ambiente onde as manifestações dos trabalhadores adquiriam visibilidade. Muito embora procuremos destacar neste artigo as interpretações coletivas do operariado a partir do século XX, não nos esqueçamos que, o porto, antes de ser um espaço de enfrentamentos, disputas e criação de identidades; fora também o local utilizado para o início da colonização alemã no século XIX, que adentravam o Vale do Rio Itajaí através do porto e tinham com destino as cidades de Blumenau, Brusque, Rio do Sul, etc. Desta forma é interessante percebemos um pouco mais da importância do porto para assim entendermos como no decorrer dos anos este local se configurou na grande fonte de renda da cidade, no importante meio empregatício, no relevante ambiente de idéias, práticas e etc.

No final do século XIX o porto de Itajaí já desfrutava de uma considerável importância, apesar de ser uma cidade pequena, a principal atividade do município presenciava um trânsito permanente de pessoas e de cargas que dinamizavam as atividades comerciais que se constituíam em função daquele espaço e que poderiam interferir diretamente na economia e no cotidiano da cidade. E na medida em que o comércio prosperava, Itajaí aumentava sua importância na região, pois ali havia um porto, canal permanente de comunicação e contato com outros locais da província e do Brasil. O porto servia como uma espécie de “porta” aberta para o mundo, canal permanente de passageiros e idéias que ali circulavam. Produtos também desembarcavam ou saíam, contribuindo de alguma forma para o crescimento do porto e por extensão da própria cidade.

Antes mesmo da virada do século o porto de Itajaí passava a receber uma quantidade significativa de carga, principalmente madeiras, oriundas do planalto catarinense. Este produto iria sustentar e dinamizar a economia da cidade até a década de 40 do século XX, sendo indiscutivelmente o produto mais rentável que circulava no cais. As embarcações dali partiam repletas de madeiras para vários destinos, não somente portos do Brasil, sobretudo, sua rota principal, que era Uruguai e Argentina.

O ciclo madeireiro modificou o panorama urbano de Itajaí. Por outro lado, propiciou aos trabalhadores portuários um trabalho. Era o progresso que chegava em Itajaí através do porto. As condições de trabalho, porém, exigiam dos estivadores força de titãs. (Silva, 2001: 51).

A atividade portuária era indiscutivelmente o que evidenciava a cidade. Pois era por intermédio do porto que o comércio se amparava. Era naquele espaço que as pessoas circulavam e os trabalhadores se convergiam. Na medida em que o porto adquiria importância aparecia no outro extremo a necessidade de urgentes obras em sua estrutura para que o mesmo pudesse continuar movimentando e apoiando a economia da cidade. E tais carências passaram a ser também alvo da imprensa do período que cobrava melhorias através de periódicos. Como fez um jornal da cidade, alertando para a exigência de ampliar a estrutura do porto. “(...) uma vez que não faz caso melhora-la, (...) um dia sim outro não, vemos vapores que demandam do nosso porto, seguem sem ter feito descarga, tendo baldeado apenas os passageiros.” (Novidades, Itajahy 16/10/1904).

E percebendo a importância do porto e sua necessidade de beneficiamento para se modernizar, as atenções políticas também tendiam para Itajaí, principalmente,

(...) quando Lauro Muller, natural de Itajaí, ocupou o Ministério da Viação, Obras Públicas e Transportes no governo Rodrigues Alves, em 1902. Pode-se afirmar que foi a partir desta época que se originou a ‘invenção’ política do porto de Itajaí. (Silva, 2001: 29).

Adentrando ao século XX, com as embarcações adquirindo grandes proporções, Itajaí não poderia manter as estruturas portuárias províncias do século XIX. Doravante, tal necessidade de modernização do porto era presente, uma vez que não somente a cidade, mas também todo vale do Itajaí eram dependentes do fluxo, tanto de mercadorias quanto de passageiros que por ali passavam. As constantes solicitações de reformas ao que indicava haviam surtido efeito, não tardando para aparecer nos periódicos uma notícia satisfatória com relação às “evoluções” no porto. Mais uma vez os periódicos aproveitavam para entrar em cena, noticiando que: “O ministro Dr. Lauro Severiano Muller, expede instruções para organização do projeto do Porto (...)” (O Pharol, Itajahy, 14/04/1905).

E esse local que serviu de passagem obrigatória de imigrantes e que contribuiu diretamente para o crescimento dos comerciantes que se beneficiavam economicamente com a facilidade de movimentar mercadorias em virtude de disporem de um porto, viu nascer também em seu cerne uma nova categoria. Tratava-se dos trabalhadores, que dinamizaram as atividades portuárias e que na medida em que às mesmas cresciam, exigiam uma maior concentração de mão de obra. É interessante mencionar que, dentre estes trabalhadores portuários de Itajaí, era freqüente a presença de ex-escravos, que viriam buscar nesta atividade uma forma de sobrevivência. E fora com a presença de ex-cativos, de seus descendentes e de outros trabalhadores que surgia a base para o aparecimento de uma classe operária. Sendo este segmento que com o tempo iria criar vínculos e fortalecer seus laços, lutando de maneira coletiva por objetivos comuns.

Na esperança de ver seus anseios concretizados fez (em virtude de uma série de situações, desde os baixos salários, precárias condições de trabalho, ausência de apoio ou assistência por parte dos patrões, etc.) emergir do interior do operariado urbano entidades que pudessem atender as constantes necessidades e agruras que conviviam os trabalhadores. E diante desta situação o Brasil presenciou o aparecimento de inúmeras Sociedades de Auxílio Mútuo, ou Sociedades Benéficas, que tinham em sua essência à assistência material e pecuniária. Entretanto, além de sua missão básica, tais entidades demonstraram uma relação que fora preponderante para o seu próprio crescimento e unidade. Este caráter significativo fora acentuado pela solidariedade existente entre os membros destas entidades.

Em Itajaí a primeira organização voltada para atender os interesses dos trabalhadores da cidade fora criada no ano de 1902. Tratava-se da Sociedade Operária Beneficente Itajayense. Esta reunia trabalhadores das mais diversas atividades, tais como: trabalhadores de obras, de madeireiras, músicos, do porto, etc. Tal entidade deu o primeiro passo no sentido de atender as reivindicações dos trabalhadores. Além de ter sido a pioneira no que diz respeito à organização desse segmento. E em virtude desta iniciativa outras entidades surgiram na cidade no decorrer dos anos, evidenciando de maneira mais intensa o viés sociabilizador na atmosfera operária, mostrando que tais espaços coletivos eram resultados das ações dos trabalhadores que se reconheciam enquanto membros do mesmo universo.

Depois da Sociedade Itajayense, surgiu no dia 15/11/1906 a Sociedade Beneficente XV de Novembro, associação esta que reunia os trabalhadores ligados as atividades portuárias. Nesta nova entidade “(...) estiveram presentes descendentes da população escrava da região, que em sua maioria foram utilizados nos trabalhos relativos à pesca da baleia (...)” (Silva, 2001: 63).

Fato como este revelava que a atividade no porto reunia trabalhadores das mais diversas origens. O porto na virada do século se configurou como um mercado de trabalho que acolhia não somente os trabalhadores de forma geral, como também era comum à presença de ex-escravos e de pessoas que ainda conviviam com este tipo de “vínculo”. Como ocorrera também em outras regiões do Brasil.

(...) É possível afirmar com segurança que, no porto do Rio de Janeiro, o ‘trabalho avulso’-engajamentos curtos e seleção aleatória – era largamente utilizado no manuseio e transporte de carga desde o início do Oitocentos, para isso concorrendo o grande número de escravos de ganho que perambulava nas ruas da Corte (...) (Velasco e Cruz, 2000: 254).

Embora a XV de Novembro tenha sido fundada no ano de 1906, seu estatuto só fora ter o conhecimento do público no ano de 1908, quando um periódico da cidade efetuou tal publicação. O estatuto era um instrumento que regulamentava os procedimentos e ações da associação, dando através de suas práticas uma maior visibilidade aos trabalhadores e a própria entidade. Assim como suas congêneres espalhadas pelo Brasil, a XV de Novembro também estava baseada na filantropia, no altruísmo e na prestação de auxílios aos seus sócios. O seu regimento previa que tal entidade tinha por obrigação: “(...) auxiliar pecuniariamente os seus associados que necessitarem, quando enfermos temporariamente;

conceder pensões aos associados quando enfermos ou inválidos (...)” (Estatuto da Sociedade Beneficente XV de Novembro. Apud. O Pharol, Itajahy – 18/09/1908).

Esta maneira de socorrer os associados era uma prática comum nas entidades do gênero, uma vez que à agrura do trabalhador era acalentada pelas Sociedades Beneficentes que faziam destas situações sua razão de existir. Outras entidades no Brasil não agiam diferentes e tinham nestas emergências seu propósito principal. Como na Società di Mútuo Soccorso “Príncipe di Napoli”, na região da cidade de São Paulo. “Na essência, porém, à Sociedade tinha funções definidas: à concessão de diárias aos associados que ficassem doentes, o pagamento das despesas de farmácia, o acompanhamento obrigatória no enterro do sócio falecido (...)” (Martins, 1992: 196).

Retornando para a cidade de Itajaí, verificamos que a XV de Novembro fora à primeira associação a reunir os trabalhadores por categoria. Desta forma, sua atuação era mais específica e presente, pois procurava atender as enfermidades e as urgências de seus sócios, bem como atuava na regulamentação das atividades portuárias. Assim, agia em dois pontos fundamentais. Por um lado, seu caráter de solidariedade. De outro, se preocupava com as condições de trabalho e remuneração de seus sócios. Sua função primária neste campo estava presente em seu estatuto, haja vista que à missão da entidade seria de: “Agremiar todas as pessoas que se ocupam ou venha ocupar-se, nesta cidade, nos trabalhos de praça, portos, cargas e descargas de navios, mantendo entre elas a maior harmonia possível; regular os horários e estabelecer os respectivos salários. (...)” (O Pharol, Itajahy – 19/09/1908).

O fortalecimento da entidade passava pela unidade de seus sócios. Membros estes que deveriam estar em harmonia com os interesses da agremiação. E tanto a associação, quanto seus sócios viriam através de periódicos repudiar algumas atitude de determinados patrões.

‘Um apello aos Srs. Patrões e feitores’

Os sócios da Sociedade Beneficentes XV de Novembro, de acordo com a directoria, vêm, perante os Srs. Patrões e feitores, suplicar respeitosamente que não aceitem em seu serviço, trabalhador algum que na faça parte da referida associação.

Em se tratando de uma Sociedade permanente humanitária como é a XV de Novembro e de se esperar que os Srs. patrões e feitores não ponham obstáculos em satisfazer um tão justo pedido.

Se todos atenderem prontamente será uma ação louvável que vira reverter em proveito dos operários e evitar qualquer movimento de hostilidade, pois o que querem os sócios da Sociedade Beneficente XV de Novembro é justamente paz e harmonia. (Gazeta de Itajahy, Itajahy – 16/11/1913).

Práticas desta natureza enfraqueceriam a Sociedade Beneficente e fragmentaria o incerto percurso da unidade operária. Situação esta que em nada traria benefícios para tal categoria. Diante desta atuação patronal, em empregar o chamado *Casual Worker*³, coube uma reação dos maiores prejudicados na ocasião. E era mediante a esse entrosamento, entre Sociedades Beneficentes e seus associados, que se estreitavam ainda mais os vínculos entre ambos.

As Sociedades Beneficentes foram, sem dúvida, um meio eficaz no sentido de criar laços sociais em torno de um conjunto de trabalhadores que, face às dificuldades de determinadas épocas (como o preconceito e indiferença com que eram vistos aqueles que não eram partes da classe privilegiada), além do descaso patronal em atender às urgentes necessidades de seus trabalhadores e o total desinteresse do Estado em criar leis que pudessem amparar os trabalhadores. Diante disto, as Sociedades Beneficentes puderam dar voz e visibilidade aqueles que outrora eram apenas trabalhadores dispersos pela cidade e que com o advento de tais entidades o que era ‘dispersão’ passou a ser união e interação. A dificuldade individual passou a ser um problema coletivo, a reivindicação solitária ecoava e passava a ser uma solicitação da entidade. As ajudas entre alguns trabalhadores adquiriam corpo e eficácia, transformando a dificuldade de um em uma preocupação de todos. E este espírito de solidariedade e altruísmo fora essencial nestas entidades que, juntamente com seus membros, encontraram nas adversidades o seu acalanto. A chave para entendermos estas Sociedades Beneficentes é justamente à solidariedade nos momentos de maior necessidade. Ou seja, à essência da relação é percebida na reciprocidade que permeava entre seus atores envolvidos.

E tais entidades surgiram para amenizar as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam. Sendo que estas associações entraram no ‘universo’ das relações de trabalho como uma contrapartida aos infortúnios, as decepções e a exploração pelas quais os trabalhadores passavam. Este entendimento pode ser elucidado na seguinte definição: “(...) As Sociedades de Auxílio Mútuo não ‘provêm’ de uma idéia: tanto as idéias quanto as instituições surgem em resposta a certas experiências comuns (...)” (Willians, Apud Thompson, 1987 a: 316).

E eram nestes ambientes coletivos que os trabalhadores se expressavam se manifestavam e definiam como seus tais espaços onde outros trabalhadores também compartilhavam suas experiências. Uma vez que a participação de cada operário era que

interferia nas manifestações da coletividade, favorecendo assim uma integração e auxiliando diretamente na ‘construção’ da chamada classe operária. Assim,

(...) uma classe existe (acontece) quando um grupo de homens que compartilham experiências comuns aprendem estas vivências em termos políticos e culturais – ou seja, são capazes de materializa-las em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. E no decorrer deste processo que se constrói uma identidade coletiva de interesses próprios a uma classe, distintos dos interesses de outras classes (...) (Thompson, Apud Gomes, 1994: 2)

Diante de disputas e tensões que envolviam esta relação entre associações e o cotidiano do trabalhador, a XV de Novembro buscava levar ao conhecimento do público em geral suas atuações e demonstrar a solidariedade existente no cerne de tal entidade. Como em um convite feito pela XV através de um periódico.

‘Sociedade Beneficente XV de Novembro’.

Bazar de prendas.

Em benefício desta associação, realizar-se a no dia 3 de maio, um bazar de prendas na sede social. Para assistir a essa festinha convida-se a população de Itajahy, assim como também espera-se que o comércio e as demais pessoas auxiliem a sociedade enviando prendas para o bazar. As prendas podem ser endereçadas a sede da sociedade, a Rua Silva.

A directoria espera o comparecimento de todos os Srs. Sócios. (Gazeta de Itajahy – Itajahy – 26/04/1914).

As Sociedades Beneficentes se constituíram para os trabalhadores da cidade como um território exclusivo do operariado. Ali, os mesmos poderiam contar com um auxílio tanto material, quanto pecuniário. Mas, o que se revelava como uma ‘regra’ e, na prática o que nutria a relação de seus membros era a solidariedade e a fraternidade. E eram situações desta natureza que também davam vida e caracterizavam os trabalhadores, sendo parte integrante dos condicionantes do fazer-se da classe.

No decorrer dos anos o porto de Itajaí continuava seu crescimento e contribuindo diretamente na economia da cidade. A população crescia e com ela o operariado também adquiria mais visibilidade. Os trabalhadores cada vez mais se incidiam para as Sociedades Beneficentes, caracterizando-as como um fator preponderante na vida do operariado de Itajaí. No início dos anos 20 a cidade presenciava o surgimento de uma nova entidade. Aparecia no cenário da cidade no dia 05/03 de 1922 a Sociedade União Beneficente dos Estivadores de Itajahy. Assim como a XV de Novembro, à recém associação também se destinava ao auxílio dos trabalhadores do porto, agora mais especificamente os estivadores. No entanto, o que teria motivado o início desta nova entidade? Alguns indícios evidenciam

o surgimento da nova associação. Como: o descontentamento com a conduta da XV de Novembro, às mudanças nos rumos da humanidade com o fim da Primeira Guerra, as manifestações operárias e as ideologias de esquerda que gravitavam no Brasil e no mundo, etc.

É necessário analisarmos cada questão individualmente. 1) Podemos dizer que os membros da nova entidade não concordavam com os procedimentos muito cordiais e amistosos com que a diretoria da XV de Novembro se dirigia aos patrões. Para os membros da Sociedade dos Estivadores o fraco enfrentamento não trazia benefícios para os trabalhadores. Pois, o único recurso da XV de Novembro era os constantes informes nos periódicos da cidade. 2) Acrescenta-se ainda, o início dos anos 20, período que mudou o rumo da humanidade. O pós – guerra impulsionou às mudanças. O clima frenético que agitava o mundo parecia direcionar a sociedade para novos padrões comportamentais. Além dos avanços tecnológicos do pós-guerra, o mundo presenciou a Revolução Russa, que fora indiscutivelmente um incentivo para novas manifestações operárias. 3) Já no âmbito nacional percebe-se neste período a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Coluna Prestes e a própria Semana de Arte Moderna, etc.

Este clima de constantes novidades e de mudanças não era apenas presenciado fora do país. O Brasil também convivia com esta atmosfera eloqüente que pôde interferir no imaginário, na ideologia e nas práticas do operariado. E no constante vaivém de idéias e manifestações Itajaí em particular não ficou atrás das demais cidades portuárias brasileiras que eram freqüentemente agitadas por notícias que facilmente adentravam pela “porta” do mundo. Ou seja, pelo porto. Certamente essa agitação que sacudia a década de 1920 preparava mudanças inevitáveis que refletiriam em todo mundo. As ideologias de esquerda e as manifestações operárias ganhavam espaço neste período, época em que ocorreram mudanças também no Brasil.

Bem, após essas reflexões sobre o eloqüente momento em que o mundo atravessava, voltemos ao surgimento da Sociedade União Beneficente dos Estivadores de Itajaí e relacionar alguns fatores que possivelmente contribuíram para a sua fundação. Além dos motivos já citados anteriormente, um outro aspecto pôde ter sido preponderante para o advento da nova entidade. Como:

(...) a presença dos marinheiros de linha-de-fora, aqueles que após terem conhecido o exterior através da marinha mercante fixaram-se em Itajaí e passaram a organizar os trabalhadores da orla portuária. Entre eles

estiveram presentes Joaquim Lopes Corrêa, Dionísio Veiga, Firmino Rosa e José Pereira Netos (...) (Silva, 2001: 79).

Vale mencionar que estes marinheiros antes de se fixar em Itajaí e tornarem-se estivadores haviam conhecido o Brasil e vários países do mundo e puderam acumular experiência tanto em sua vida na marinha, quanto na atividade portuária. Joaquim Lopes Correa, por exemplo, esteve em diversos portos dos Estados Unidos. Já Firmino Rosa estava em trânsito constante nos portos da Europa no período da Revolução Russa. Assim como estes, outros homens também conheceram o cotidiano frenético de um cais. E foram estas pessoas que viriam, juntamente com a fundação da nova entidade, fortalecer ainda mais os portuários de Itajaí. Suas experiências seriam primordiais para os novos rumos desta categoria. Pois este cabedal trazido pelos ex-marinheiros para Itajaí pôde ser compartilhado com os demais trabalhadores e desta forma estreitar ainda mais os laços de sociabilidade, acentuando os hábitos desta categoria, auxiliando inegavelmente na consolidação da “cultura” operária e interferindo incisivamente no fazer-se da classe. “(...) Fazer-se; porque é um estudo sobre o processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ele estava presente ao seu próprio fazer-se.” (Thompson, 1987 b: 9).

E importante trazermos à luz do debate que, além destas experiências trazidas de fora e da pouca atuação da XV de Novembro, muitos dos membros da Sociedade Beneficente dos Estivadores eram pessoas que tinham ideologias, embora de esquerda, nem sempre na mesma linha de atuação de outros líderes operários. Evidenciando assim os embates que ocorriam no universo operário. Joaquim Lopes Corrêa, por exemplo, era comunista e mais tarde filiou-se ao PCB. Já Firmino Rosa “viajou à Europa e aos Estados Unidos. No exterior, travou conhecimento com a doutrina marxista-leninista recém vitoriosa na União Soviética. Fez-se então socialista-marxista.” (Silva, 2001: 81)

O aparecimento da Sociedade Beneficente dos Estivadores trouxe consigo também um clima de tensão e animosidade entre a nova associação e a XV de Novembro. Pois para esta agremiação estava ocorrendo uma divisão na unidade dos trabalhadores e assim enfraqueceria a categoria. Por outro lado, àquela entidade procurava se mostrar mais atuante e menos atrelada aos patrões. Desejavam ser mais “independente”. E esta tendência à autonomia iria atrapalhar o começo da nova Sociedade Beneficente (porém, nada que os desanimasse, pois no decorrer dos anos seu viés combativo fez desta entidade a mais importante do gênero na cidade). Pois os patrões não reconheciam às ações da Sociedade

dos Estivadores, preferindo empregar os trabalhadores não associados, os eventuais. E mesmo passando por turbulências, como a instabilidade no que diz respeito à escala e a regulamentação do trabalho dos estivadores, isto seria momentâneo. Pois, mais adiante esta situação seria contornada, ficando estabelecido que a XV de Novembro seria responsável por regulamentar e organizar as condições de trabalho bem como estipular os salário dos trabalhadores do cais (os chamados terrestres). Enquanto a Sociedade União Beneficente dos Estivadores teria sob sua responsabilidade todos os cuidados com relação aos trabalhadores que exerciam atividades dentro do navio (os chamados estivadores).

Esse convívio dos trabalhadores fora dos seus espaços profissionais é que entendemos como a questão central, como a chave para compreendermos o fortalecimento, não somente das entidades, mas principalmente da própria categoria. Classe esta que encontrava na solidariedade o caminho mais evidente de manifestar sua existência. União esta que fora fundamental para a construção da sede da Sociedade Beneficente dos Estivadores. Situação que mereceu destaque inclusive da imprensa. Como na seguinte nota:

Realizou-se terça feira última a colocação da cumeeira do novo prédio da União Beneficente dos Estivadores, construído à Rua Fluvial. É de alta significação esse fato, pois vem mais uma vez atestar o surto progressista da nossa terra, mormente tratando-se da construção de um prédio que é fruto do trabalho incansável de operários unidos, trabalhando pelo bem estar de uma classe humilde, mas operosa e honrada, como é esta dos estivadores da União Beneficente. (O Pharol, Itajaí-29/07/1927).

Este universo dos trabalhadores de Itajaí nos momentos em que não se dedicavam a sua profissão contribuía indubitavelmente de maneira acentuada para dar visibilidade aos operários. Pois não era só o que se realizava no espaço profissional que os evidenciava, pelo contrário, era o algo mais, aquilo que servia como uma espécie de ligação, de essência e que os reunia em torno dos mesmos objetivos. E isto era perceptível nos momentos em que suas manifestações se harmonizavam e assim constituíam nos espaços coletivos suas representações, seus costumes, seus valores de classe e que diretamente favorecia o aparecimento da cultura operária, “(...) entendida como sistema de atitudes, valores e significados compartilhados e as formas simbólicas que se acham incorporados (...)”. (Thompson, 1998: 17)

Contudo, essas vivências operárias e essas experiências compartilhadas não diziam respeito somente as Sociedades Beneficentes. Havia, no entanto, também o interesse dos trabalhadores pela prática do esporte, pois a atividade esportiva servia não somente para ser um momento de ludismo e de descontração dos atores envolvidos. Pelo contrário, se

configurou em um excelente meio sociabilizador da categoria. Trabalhadores estes que foram marginalizados pela sociedade elitista e preconceituosa da época, que impedia o ingresso de negro e pessoas que não faziam parte da camada favorecida da sociedade de ingressarem nos clubes ligados a burguesia.

Diante deste impedimento social e étnico, percebemos que o ponta pé inicial do operariado para se opor aos clubes da elite (como o Clube Náutico Almirante Barroso e o Clube Náutico Marcílio Dias, agremiações fundadas no ano de 1919) fora dado já na década de 1920. Surgia no universo esportivo da cidade o Humaitá Futebol Clube e o Cruz e Souza, ambos reuniam trabalhadores do porto, com grande número de negros (que eram os mais discriminados). Estes clubes que tinham na sua essência trabalhadores, podiam caracterizar ainda mais a força operária da cidade que gradativamente se consolidava como uma realidade no contexto social de Itajaí. Os operários passavam a ter representação, não somente nas questões políticas (com as Sociedades Benéficas), como também eram respaldados nos espaços de lazer e de diversão (com os clubes esportivos). Muito embora saibamos que, ao utilizarmos o termo unidade operária estamos percorrendo uma linha muito tênue, pois eram evidentes, durante as primeiras décadas da república, as divergências ideológicas que permeavam o movimento operário (conforme já explicitamos anteriormente).

As formas de organização e de influência sobre os trabalhadores eram vistas de prismas diferentes, se analisarmos se um movimento possuía relação com anarquistas, socialistas ou comunistas. No início da década de 1910, por exemplo, o movimento anarquista repudiava com rigor a iniciativa das fábricas do Rio de Janeiro em organizar jogos de futebol para os seus trabalhadores. O movimento anárquico procurava alertar “os trabalhadores para não se deixarem envolver por essas manobras que visavam impedir que eles se organizassem como classe”. (Góes: 1988: 57). Além da manifestação deste segmento, as práticas esportivas eram tidas como nocivas também por parte dos comunistas no início do século XX, mas que em um outro momento é percebido diferente. Segundo Batalha:

“Assim ao invés de encarar o futebol com desconfiança, algumas associações, particularmente aquelas que nos anos vinte estavam sob influência dos comunistas, passavam a estimular a criação de times de trabalhadores, aproximando a cultura operária militante da cultura dos trabalhadores não militantes”. (Batalha, 2000: 66)

O futebol abdicava de seus territórios elitistas e de forma arrebatadora chegava ao universo do operariado. E a partir do momento em que tal esporte chegou aos trabalhadores

é que se percebe a popularização do futebol por todo o Brasil. Pois, os anos 20, viriam a ser um divisor de águas no que diz respeito à difusão da prática futebolística pelo país. Esta modalidade esportiva poderia ser mais do que uma forma de evasão por parte dos trabalhadores de suas amarguras, de seus insucessos, da rotina desgastante, etc. Além disto, contribuía conjuntamente para enriquecer o universo das práticas e dos costumes disseminados pelos operários, que encontravam também no futebol um viés sociabilizador e que interagiam em torno desta atividade sujeitos que outrora foram ‘marginalizados’ pelo preconceito da sociedade da época.

Ademais, o futebol se consolidou como parte integrante da rotina operária de Itajaí, atraindo comunidade e trabalhadores e num efeito sinérgico tal prática encantou também os bairros, multiplicando ainda mais os clubes ligados aos operários no decorrer dos anos. Culminando inclusive com a fundação da equipe da CIP (Companhia Itajayense de Phospóro), na década de 1930, que se sagrou campeã catarinense em 1938.

E são nessas situações que devemos entender a consolidação da categoria e de seus condicionantes que ao longo dos anos pôde fortalecer este segmento, expondo seus valores e representações, além de evidenciar que a classe poderia obter excelentes desempenhos mesmo fora dos seus espaços profissionais. E o futebol por sua vez também contribuía para essa interação e sociabilização operária, atuando nos costumes de uma categoria, auxiliando desta forma também no fazer-se da classe. Sendo que a prática futebolística chegou ao operariado como “(...) um desdobramento natural das próprias uniões operárias”. (Sevcenko, 1992: 34). Toda essa agitação em torno dos clubes de futebol estava inserida na eloqüente década de 1920, que indubitavelmente fora uma espécie de divisor de águas no que diz respeito às mudanças sociais, tecnológicas, culturais, etc. – que todo Brasil presenciava.

O futebol teve seu papel preponderante no processo de sociabilização operária. No entanto, não podemos esquecer que, antes do futebol exercer esta função primordial no cotidiano dos trabalhadores, as Sociedades Benéficas eram responsáveis pela proteção (digamos assim) operária. Pois, era por intermédio de entidades desta natureza que às necessidades dos operários poderiam ser minimizadas. Foi através destas associações que os trabalhadores passaram a ter representatividade e referência; e assim, puderam ao longo dos anos se consolidar. Situação esta que legitimou muitas das ações da categoria que percebia em suas manifestações o anseio de seus membros.

E diante deste clima de constantes mudanças e da exigência operária em ter uma entidade combativa, a XV de Novembro parecia não mais atender as necessidades do operariado de Itajaí. Os fatores que impulsionaram as transformações do período pareciam

não ter sido assimilada por tal entidade, que percebia não contar mais com o respeito e a confiança de seus membros. Este cenário de incertezas e desgaste que estava inserido a Sociedade Beneficente XV de Novembro encontraram no final da década de 1920 seu último momento. Muitos de seus sócios percebiam que manter tal associação seria inviável, tampouco tentar reestruturá-la seria eficaz. Restando aos trabalhadores da terrestre (assim eram chamados os operários do porto que desempenhavam suas atividades na cais e não no interior do navio) criar uma nova associação que viesse atender os anseios e atuar na defesa dos interesses de seus sócios. Surgia na atmosfera operária então a Aliança Beneficente dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns.

Com o advento desta entidade poderíamos dizer que os portuários estavam setorizados, ou seja, estavam ‘amparados’ conforme suas respectivas funções no porto. E isto se caracterizou como determinante, não somente na cidade de Itajaí, mas também no Brasil, uma vez que o que acontecia nos grandes centros servia de modelo para o restante do país. A partir de agora os Estivadores possuíam sua sociedade beneficente e os Terrestres sentiam-se melhor representados com o advento da nova associação.

Apesar de terem chegado aos anos 20 com muita força (as entidades ligadas aos trabalhadores portuários), não podemos esquecer da Sociedade Beneficente Itajayense que teve um papel fundamental no início do século. Pois foi esta entidade que atuou como ponta de lança no que diz respeito à convergência de trabalhadores. É inegável que esta associação não desfrutava de tanta participação e destaque quanto outras entidades ligadas aos portuários. Uma vez que as atividades do porto vinham se configurando no decorrer dos anos como a principal empregadora e fonte de renda do município, tornando-se o centro das atenções e cenário preponderante das atuações e manifestações de seus trabalhadores.

Todavia, sem nenhuma restrição, todas as Sociedades Beneficentes tiveram sua importância e contribuíram diretamente para a interação e sociabilização operária. Pois foram, tais entidades, o amalgama no que diz respeito à difusão da chamada cultura operária. Sendo que, através deste sincronismo de interesses, de experiências compartilhadas, de valores e símbolos comuns que o operariado de Itajaí se evidenciou em meio a uma atmosfera cercada de impedimentos e obstáculos sociais. Tendo nas ‘barreiras’ elitista e se deparando com tantas necessidades no cotidiano, os trabalhadores encontravam na solidariedade operária seu ponto principal para driblar estes infortúnios e criar a identidade operária.

Sem dúvida que a década de 1920 foi de considerável relevância na história do operariado do Brasil. Todos os movimentos que surgiram no pós-guerra tinham em seu bojo

a participação operária. Tratava-se de uma classe que surgia tímida em meados do século XIX, mas que com processo de Urbanização, com a Modernização disseminada pela virada do século, pelos efeitos da Grande Guerra e pela Revolução Russa, o operariado do Brasil ganhava gradativamente força para se firmar no espaço social, político, cultural, etc.; do país. Estes exemplos que agitavam o mundo ecoavam também no cenário nacional que recebia de forma intensa as ideologias de esquerda que cativava o operariado europeu. A fundação do PCB, a própria Coluna Prestes e entre outros movimentos tinham, indubitavelmente, um profundo apreço do operariado, que percebia nestas manifestações excelentes meios de representações e desta forma sua consolidação como classe.

Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processo que só poderia ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. (Thompson, 1987 b: 12).

Assim sendo, podemos perceber que os valores colocados em cena, que ia da atuação profissional as manifestações cotidianas, se constituiu em torno das carências enfrentadas pelos trabalhadores de Itajaí durante o período em questão. Onde este segmento teve na Sociedade Beneficente sua primeira organização direcionada a atender os anseios e prestar auxílios a tais trabalhadores. Sendo que estas entidades não eram apenas o resultado de uma idéia básica, pelo contrário, surgiram como a extensão das experiências coletivas, como a imperiosa necessidade de uma resposta aos infortúnios enfrentados pelos trabalhadores no dia-a-dia.

E em virtude das inúmeras dificuldades e dos sofrimentos compartilhados pelos atores sociais inseridos nesta atmosfera que a classe operária emergia em seu tempo, com valores e espaços delimitados, fazendo das ações coletivas sua marca cultural. Pois se o ambiente profissional gerou os trabalhadores; por outro lado, os espaços de sociabilidade e de solidariedade serviram como amalgama para que os operários se reconhecessem como categoria. As Sociedades Beneficentes, os Clubes Esportivos, os momentos de descontração, etc.; serviram de representações coletivas e definições de territórios que interferiu diretamente no cotidiano desses atores sociais, acentuando de maneira singular a importância do operariado. Sendo que eram nestes espaços que percebíamos a identidade operária, pois mediante suas práticas e experiências comuns os seus membros definiram (entender 'definir' como o processo de costumes e práticas compartilhadas frequentemente) aquilo que seria a cultura operária, auxiliando de maneira viva e intensa as manifestações

dos trabalhadores, que saiam do ‘universo’ restrito do porto para o ‘mundo’ público da cidade de Itajaí.

Diante do exposto deixemos evidente que a finalidade era dar ênfase e abordar às atuações operárias na cidade de Itajaí nas primeiras décadas do século XX, período onde os trabalhadores encontraram nas Sociedades Benéficas e nos Clubes Esportivos uma maneira de se evadirem das situações que os oprimia e que os desgastava, descobrindo nestas entidades um subterfúgio para as dificuldades e uma resposta os seus anseios. Não foi por acaso que estabelecemos o início da década de 1930 como limite temporal para essa análise. Este período marca uma inflexão nos rumos das entidades ligadas ao operariado brasileiro e por consequência atingindo também os trabalhadores de Itajaí.

Pois a partir dos anos 30 o processo de sindicalização das Sociedades Benéficas viria atrelar estas entidades ao Estado, burocratizando em demasia as manifestações que por ventura os sindicatos realizassem. Esta situação, imposta no governo de Getúlio Vargas, representou um golpe na autonomia das entidades ligadas aos trabalhadores, pois a partir desta lei, os interesses de uma (ou mais) categoria não poderiam estar acima dos anseios do Estado e assim limitava as reivindicações classistas. Esta iniciativa Varquista de colocar tais entidades sob a órbita do Estado evidenciava a ‘preocupação’ burguesa com o operariado, que visivelmente vinha adquirindo seu espaço e demonstrando sua força capaz de superar empecilhos que os impedia de triunfar na sociedade.

Tendo este cenário então, coube ao governo criar mecanismos e usar da burocracia estatal para limitar e delimitar os avanços do operariado. A criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio obrigou as entidades de amparo ao trabalhador a seguirem as imposições vindas do topo da pirâmide. Agora, os sindicatos deveriam ‘cooperar’ com o poder público. Em suma, a política trabalhista fora “inventada por Vargas”. (Gomes, 1994: 8). Pois, o Estado possuindo um poder semelhante ao de polícia, fiscalizava, legislava, atuava, fechava, reprimia e etc.; todas as manifestações ou “excessos” que os sindicatos cometessem. E mediante a esta intervenção estatal o operariado e suas entidades não desfrutavam da mesma autonomia que os caracterizou em momentos anteriores. No entanto, é inegável que o Estado só passou a atuar sobre o movimento operário quando o crescimento e fortalecimento dos trabalhadores eram inquestionáveis. E isto se deve a décadas de lutas e dedicação em prol de suas causas.

NOTAS

¹ Analisar aspectos da cultura operária nos remete obrigatoriamente às teorias e autores que são referências para tal abordagem. Neste sentido é de grande relevância mencionar: BATALHA, Cláudio. *Cultura associativa no Rio de Janeiro da primeira república*. In: Batalha, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (org). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004. Nesta obra o autor aponta como o lazer, o preconceito e as práticas cotidianas contribuíram para compreender a classe operária e definir sua cultura.

² É de suma importância que tenhamos cuidado ao empregarmos o termo Unidade Operária, pois durante as primeiras décadas do século XX esta situação estava mais relacionada ao um anseio do que propriamente a uma situação real. Uma vez que as diferentes tendências no campo das ideologias que gravitavam na atmosfera operária impediam tal unidade (no sentido mais estrito do termo). E tais embates poderão ser percebidos em algumas citações no decorrer do texto.

³ O termo casual worker refere-se: “trabalhador eventual”, aquele que não emprega sua mão-de-obra com frequência nas atividades portuárias. Sendo incorporado nas situações de maior urgência. Este termo era usual na historiografia inglesa. Mais detalhes verificar em: BEVERIDGE, William H. *Unemployment. A problem of industry*. Londres: Longmans, Green & Co, 1944.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.

_____; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre. (org). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004

BEVERIDGE, William H. *Unemployment. A problem of industry*. Londres: Longmans, Green & Co, 1944.

GOES, Maria Conceição de. *A formação da classe trabalhadora: movimento anarquista no Rio de Janeiro, 1888-1914*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora*. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano do Sul, do fim do império ao fim da república velha*. São Paulo. Hucitec/Prefeitura de São Caetano, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, José Bento Rosa da. *Do porão ao convés: estivadores de Itajaí (SC) entre a memória e a história*. Recife, 2001. 286f. Universidade Federal de Pernambuco. (Tese de Doutorado em História).

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-19.

VELASCO e CRUZ, Maria Cecília. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café. Rio de Janeiro, 1905-1930. Afro - Ásia 24, 2000.

PERIÓDICOS

GAZETA de ITAJAYH, NOVIDADES, O PHAROL.